

Taciana Nogueira de Carvalho Duarte

**A Dignidade da Pessoa Humana e
os Princípios Constitucionais do
Processo do Contraditório e
Celeridade Processual**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO
Programa de Pós-Graduação em Direito

Rio de Janeiro, maio de 2008



Taciana Nogueira de Carvalho Duarte

**A Dignidade da Pessoa Humana e os
Princípios Constitucionais do Processo do
Contraditório e Celeridade Processual**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em direito da PUC-Rio, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em direito.

Orientador: Prof. Dr. José Ribas Vieira

Rio de Janeiro
Maio de 2008



Taciana Nogueira de Carvalho Duarte

**A Dignidade da Pessoa Humana e os
Princípios Constitucionais do Processo do
Contraditório e Celeridade Processual**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Direito do Departamento de Direito da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Prof. Dr. José Ribas Vieira

Orientador

Departamento de Direito da PUC-Rio

Prof. Dr. Adrian Sgarbi

Departamento de Direito da PUC-Rio

Profa. Dr. Maria Lúcia de Oliveira

Departamento de Direito da PUC-Rio

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2008

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Taciana Nogueira de Carvalho Duarte

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário FUMEC (Belo Horizonte – MG), tem no Direito Constitucional e nos estudos sobre Direitos Humanos suas áreas de maior interesse acadêmico. Atua na assessoria jurídica da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. É co-autora do livro *Constituição, Direito e Processo*, publicado pela Editora Juruá em 2007. Foi revisora do livro *Palavras e Atos*, publicado pela Editora Del Rey em 2006. Frequentemente ministra palestras e divulga estudos desenvolvidos na área de direitos humanos.

Ficha Catalográfica

Duarte, Taciana Nogueira de Carvalho

A dignidade da pessoa humana e os princípios constitucionais do processo do contraditório e celeridade processual / Taciana Nogueira de Carvalho Duarte ; orientador: José Ribas Vieira. – 2008.

116 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Dignidade. 3. Contraditório. 4. Celeridade Processual. 5. Direitos fundamentais. I. Vieira, José Ribas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Ao Eduardo, que nasceu durante a elaboração deste trabalho.
Criança que me ensinou mais do que jamais imaginei aprender
sobre o amor. Dos seus lindos olhos emana a beleza da
inocência de quem descobre a vida...

Ao Alessandro, meu amor!

Aos meus pais, Cleusa e José!

Agradecimentos

Ao ilustre professor José Ribas Vieira, incansável em seu senso de justiça e humanidade, com quem pude contar como espetacular orientador. Ao grande constitucionalista, meus mais sinceros agradecimentos por compartilhar comigo seus preciosos conhecimentos. Ao grande ser humano, por ter tido a capacidade de compreender minhas limitações e tratar-me, ainda assim, com profundo respeito e docilidade. Pessoas assim, dotadas do saber científico sem o endurecimento da essência humanística é que são realmente imprescindíveis para a construção de um mundo melhor, pautado na ética verdadeira que diferencia os grandes mestres.

Ao professor Paulo Fernando Carneiro de Andrade, Vice-Decano do Centro de Teologia e Ciências Humanas e Coordenador Central de Educação à Distância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por todo incentivo.

A Durval Ângelo Andrade, grande mestre e educador, além de “homem do povo” incansável na luta para que os direitos fundamentais não sejam só expectativas frustradas e sim a garantia real de uma sociedade mais justa e menos submissa à ditadura de mercado. É difícil externar toda gratidão pelo incentivo, apoio e compreensão.

Resumo

Duarte, Taciana Nogueira de Carvalho. **A dignidade da pessoa humana e os princípios constitucionais do processo do contraditório e celeridade processual.** Rio de Janeiro, 2008. 116 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dignidade da pessoa humana – qualidade intrínseca do ser humano que o define como tal – foi recepcionada em vários textos constitucionais contemporâneos, como na Constituição pátria de 1988, com o destaque de princípio inspirador de todo ordenamento jurídico. A partir do fim da segunda guerra mundial, o referido princípio foi aclamado e passou a constar em textos constitucionais de diversos países, tendo sido o marco, a inserção na Constituição Alemã de 1949. A estreita relação do aludido princípio com os direitos fundamentais, especificamente, dos princípios processuais do contraditório e celeridade merece uma investigação, que é o objeto de pesquisa do presente trabalho. O cerceamento a qualquer dos direitos fundamentais, como no caso dos princípios processuais em destaque, implica na inobservância de um princípio norteador do ordenamento – que é o da dignidade da pessoa humana. A metodologia de pesquisa utilizada foi a consulta a doutrinadores pátrios e estrangeiros. Em relação especificamente ao princípio da celeridade processual, buscou-se o levantamento sucinto, apenas a título ilustrativo, de decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça acerca da matéria, bem como, de dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Chega-se a conclusão de que obviamente a dignidade não é concedida pelo Direito, mas as condições para sua garantia perpassam pela conquista e exercício dos direitos fundamentais, tais como o contraditório e a celeridade processual.

Palavras-chave

Dignidade; contraditório; celeridade processual; direitos fundamentais.

Summary

Duarte, Taciana Nogueira de Carvalho. **Human Dignity and the Constitutional Principles of Adversarial Procedures and Speedy Trial.** Rio de Janeiro, 2008. 116 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Human dignity, the underlying quality of the human being as thus defined, has been embodied in several contemporary constitutional texts, such as in the Brazilian Constitution of 1988, setting off as the inspiring principle of the entire legal system. As of the end of World War II, this principle has been acclaimed and has been included in the constitutional texts of several countries, whose insertion in the German Constitution of 1949 became a milestone. The close relationship of this principle with fundamental rights, especially the principles of adversarial procedures and speedy trial is worth investigating, and that is the purpose of the research for this paper. The curtailment of any of the fundamental rights, such as in the case of the procedural principles brought forth herein, implies the failure to observe a guiding principle of the legal system, that is, the dignity of the human being. The research methodology for this paper was to consult doctrine-framers both from Brazil and from other countries. Specifically in regard to the principle of speedy trial, only an over-all survey was made for purposes of illustration with an overview of the decisions issued by the National Justice Council as well as data from the Human Rights Commission of the Legislative Assembly of the State of Minas Gerais. The conclusion has been reached that obviously human dignity is not set forth in Law, but the conditions for its guarantee pass through the conquests for the exercise of fundamental rights such as adversarial procedures and speedy trial.

Keywords

Dignity; contradictory; procesual celerity; human rights.

Sumário

1. Introdução	11
2. A Dignidade da Pessoa Humana	15
2.1. Significado de dignidade da pessoa humana	15
2.2. Conceituação Jurídica de dignidade da pessoa humana e sua elevação à categoria de princípio constitucional	17
3. Análise Crítica da Teoria dos Princípios	25
4. Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Fundamentais	40
5. A relação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio do contraditório	57
5.1. Considerações acerca da relação Constituição e Processo	57
5.2. Relação Contraditório – Dignidade	67
6. O Princípio da Celeridade Processual	77
6.1. Celeridade Processual	77
6.2. Decisões do conselho nacional de justiça referentes a pedidos de providências quanto à morosidade do poder judiciário	89
6.2.1. Considerações sobre as decisões do CNJ	97
6.3. Reclamações quanto à morosidade do Poder Judiciário recebidas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais	101
7. Conclusões	106
8. Referências bibliográficas	111

Lista de figuras

Quadro 01: Representação por Excesso de Prazo nº. 311/2006	91
Quadro 02: Pedido de Providências nº. 608/2006	92
Quadro 03: Pedido de Providências nº. 1415/2007	92
Quadro 04: Pedido de Providências nº. 60	93
Quadro 05: Pedido de Providências nº. 767	94
Quadro 06: Pedido de Providências nº. 638/2006	95
Quadro 07: Pedido de Providências nº. 1226/2006	95
Quadro 08: Pedido de Providências nº. 231/2006	96
Quadro 09: Pedido de Providências nº. 206/2005	97

Lista de gráficos

Gráfico 01: Reclamações acerca de violações dos direitos fundamentais recebidas pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG 104

Gráfico 02: Reclamações recebidas na Comissão de Direitos Humanos da ALMG acerca da morosidade de processos judiciais em tramitação na 1ª e 2ª instâncias da Justiça Comum Estadual e Justiça Federal no Estado de MG 105